

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2015

(Do Sr. Jean Wyllys)

Requer a realização de audiência pública desta Comissão de Seguridade Social e Família em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater as condições de vida e acesso da população de Fernando de Noronha/PE a direitos, com foco nas gestantes residentes da ilha.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública desta Comissão de Seguridade Social e Família em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater as condições de vida e acesso a direitos da população de Fernando de Noronha/PE, com foco nas gestantes residentes da ilha, com os seguintes convidados:

- a) Sra. Virgínia Moura, gerente do Programa Mãe Coruja Pernambucana;
- b) Sr. Iran Costa, Secretário de Saúde de Pernambuco;
- c) Sra. Débora Duprat, Vice-Procuradora da República;
- d) Sr. Alan Schvarsberg, representante da entidade Comova.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de realização de audiência pública surge a partir do documentário “Ninguém Nasce no Paraíso”, dirigido por Alan Schvarsberg, que retrata a realidade da população local de Fernando de Noronha, qual seja, viver numa situação

de precariedade de acesso a direitos, incluindo a proibição do nascimento de bebês na ilha.

De acordo com o documentário, assim que completam sete meses de gravidez, as gestantes são forçadas a deixar suas casas rumo à capital pernambucana, vivendo um verdadeiro exílio. Nesse cenário, mulheres da ilha lutam pelo direito à realização do parto perto de seus familiares num contexto de ameaças, criminalização, violências físicas e psicológicas por parte dos serviços médicos e de assistência social, da administração local e o silêncio da comunidade. *“Se não deixarmos nossas casas por livre e espontânea vontade, uma equipe do posto de saúde bate à nossa porta e nos convida a deixar a ilha”*, conta a empresária Glória Wei, de 37 anos, moradora de Fernando de Noronha desde 2003.

Aliado a isso, os dados sobre nascimento ou registro de noronhenses são alarmantes: de acordo com o Cartório de Registro Civil de Fernando de Noronha, em 2009 foram registradas 29 crianças, nenhuma nascida na ilha. Em 2010, sete crianças foram registradas e, dessas, apenas uma nasceu na ilha, clandestinamente.

Dessa forma, peço aos nobres pares o apoio para a aprovação deste requerimento, o que permitirá que esta Comissão se aproprie das questões relacionadas à expulsão de gestantes de suas residências, fato que afeta diretamente a vida dessas mulheres e de suas famílias.

Sala da Comissão, 1º de outubro de 2015.

Deputado JEAN WYLLYS